



SECRETARIA ESTADUAL - CBCE - SÃO PAULO

BOLETIM INFORMATIVO ANO I 04 JUL/AGO 1994

EDITORIAL

*"Eu é que não me sento
No trono de um apartamento
Com a boca escancarada
Cheia de dentes, Esperando a morte chegar..."*
Raul Seixas

Passado as eleições mais importantes da história do povo brasileiro e conhecida a cara do novo congresso, governos estaduais e principalmente federal, vem novamente à cabeça de nosso povo uma velha pergunta: algo vai mudar para melhor?

A expectativa que o conjunto da sociedade tem parece dividir-se em duas partes: primeiro, que a estabilidade econômica (fruto do plano real, principal motivo da vitória de FHC) continue e se consolide nos próximos meses, custe o que custar; segundo, as demais transformações, ou melhor, reformas sociais (transformações não soam bem ao estandarte neoliberal), são necessárias, mas dependem da já anunciada estabilidade econômica; portanto, se for possível operá-las bem, se não, que fiquem para o "futuro", pois fundamental mesmo, como já dissemos, é a estabilidade econômica, ainda que dela se beneficie apenas parte da sociedade, a que ainda não foi excluída do processo de produção, do mercado.

Mas, é preciso ficar bem claro que não estamos fazendo aqui apologia ao pessimismo ou uma simples crítica ácida, destrutiva e sectária. Nossa intenção é de contribuir para a reflexão, a partir de algumas questões, acerca do momento político que vivemos, para podermos melhor encará-lo, e, mais do que isso, enfrentá-lo.

Está claro que a vitória de Fernando Henrique Cardoso e de muitos governadores e parlamentares se deu, assentada num forte tripé: 1. a capacidade articuladora de forças políticas (das antigas elites econômicas que reinam até hoje, e têm um olho aberto para seus privilégios e o outro fechado para a cruel realidade de miséria absoluta do povo brasileiro) para a defesa de interesses comuns; 2. embora os proprietários dos meios de comunicação de massa neguem o gigantesco poder de persuasão que têm em mãos, afirmando apenas o caráter neutro, imparcial e democrático das informações veiculadas, é notória a influência positiva causada em milhões de pessoas que assistiram, esperançosas, aos telejornais sobre o plano real e os seus candidatos; 3. vários setores da burguesia uniram-se diante daquilo que mais entendem, o dinheiro, constituindo o terceiro elemento mais importante para a vitória: o poderio econômico, que financiou a ascensão da "cabeça à serviço do capital".¹

Esse tripé fundamental consolidou a vitória dos "conservadores" em seu mais novo matrimônio com "progressistas". Ou seria a aliança entre neoconservadores, ou ainda, entre neoprogressistas? De qualquer modo, essa análise pode ser considerada consensual tanto para o que chamávamos de direita, como para o que chamávamos de esquerda. Apenas numa segunda análise as causas, importantes, mas secundárias ganham uma dimensão maior, num caráter mais sistemático, pois sua reflexão tem como problema principal discutir as perspectivas dos partidos envolvidos nessa nova conjuntura política. Um terceiro tipo de análise, menos séria, busca analisar a vitória como produto da fragilidade

dos partidos opositores, como traição entre aliados e até mesmo como resultado de perseguições políticas a determinados partidos ou políticos.

É lógico, que há vitoriosos nestas eleições que não se beneficiaram das mesmas causas que propiciaram a vitória de FHC e seus aliados, muito pelo contrário, chegaram a vitória justamente por contraposição a essas causas.

Mas voltemos a discussão principal de nossa análise, que é a tentativa de compreender melhor a dimensão, o significado do futuro governo FHC. Não podemos cair no reducionismo, acreditando que tal governo venha a ser apenas uma continuidade do governo Collor (face ao fisiologismo presente nas alianças de campanha) ou de que dele não se poderá esperar muito, em função dos compromissos firmados com o tripé de sustentação de sua campanha (que anunciamos no início deste texto).

É lamentável também, o estado de êxtase de uma parcela da "intelectualidade brasileira" que diante do fato de um de seus mais expressivos representantes chegar à presidência da república, se entrega a este num namoro adolescente e sonham na esperança de que "dias melhores virão..." para o país, mas principalmente para a "comunidade acadêmica".

Mantendo o prumo da análise, sem cair no reducionismo dos "incrédulos" e "sectários" e nem na "êxtase" dos intelectuais em namoro com o poder, podemos olhar o problema de outro ângulo: o nível de democratização, de transformações, ou reformas, sociais, por justiça e igualdade social, dependem do nível de participação da sociedade e não da nova "cara" dos governantes. Não interessa se o novo presidente venha com uma cara de intelectual, emprestando antigos conceitos de cátedra para o velho e reformado neoliberalismo. O que interessa e que é urgente é a necessidade dos diversos segmentos da sociedade civil, se organizarem cada vez mais para discutir, questionar, propor e agir, afim de que as mudanças necessárias para tornar a sociedade brasileira justa e igualitária, se consolidem. Mas não podemos perder de vista que está é uma luta dura a ser travada, pois vivemos numa sociedade de classes, onde há grupos defendendo seus interesses, contra grupos que têm interesses contrários, numa luta de vida ou morte.

É preciso que estejamos atentos aos interesses que estarão postos nas medidas adotadas pelos governos federais e estaduais, bem como na provável reforma constitucional que será o ponto fundamental, talvez principal, da agenda política de 95. Devemos explicitar nossos interesses através de propostas e lutar contra as medidas que atentam contra a classe trabalhadora, maioria dos sujeitos sociais da sociedade capitalista.

Adentrando nossa análise para o campo da educação, vamos nos preocupar com as propostas para essa área e lutar para que essas não fiquem apenas na mirabolante idéia de FHC de colocar uma antena parabólica em cada escola, o que talvez ajudasse apenas a flagrar alguns momentos sórdidos da classe dominante, (como no caso Ricupero). Outra questão importante, diz respeito as propostas de privatização do ensino que ganharão uma nova vitalidade, se não formos capazes de, rapidamente, nos mobilizarmos para uma forte oposição. É preciso ainda, que acompanhem de perto as propostas para a ciência e a tecnologia e exijamos maiores verbas e uma política séria, sistemática e objetiva para o setor, voltada fundamentalmente para a solução dos graves problemas sociais, que afetam a maioria de nosso povo. Não esqueçamos de lutar duramente para que os estudantes e pesquisadores tenham bolsas mais dignas e que estas não faltem, como vem ocorrendo nos últimos anos.

¹ Em entrevista a Mino Carta, após os resultados das eleições, Fernando Henrique negou seu passado "oposicionista" e afirmou ser uma "cabeça a serviço do Capital", como havia suerido o entrevistador.

A área social merece de nossa parte muita atenção, pois as propostas neoliberais para ela são ainda mais ferozes, pois decretam, definitivamente, a morte de milhares de crianças, idosos e de trabalhadores. Seu programa é límpido quanto à relação de empregados e patrões, da organização sindical, dos direitos obtidos e que devem ser abandonados no lugar de uma nova estabilidade da ordem capitalista, de uma nova "harmonização" das classes, o que certamente afasta a possibilidade de profundas transformações, no sentido de melhorar qualitativamente a vida da maioria da população.

Vamos ainda acompanhar com rigor e sistematicidade, as medidas adotadas para área do esporte e lazer, lutando para que essas sejam efetivamente democratizadas, entendendo que, o esporte e o lazer só poderão se transformar numa dinâmica humana, de realização plena do homem, quando este mesmo homem tiver o direito de decidir sobre a sua própria vida, de trabalhar para si, de poder estudar, criar, divertir-se. Então, aí sim, terá um corpo para si, e fará dele, produto de uma felicidade ainda maior, da sociedade igualitária e fraterna. Mas, sem luta,

não teremos uma perspectiva democrática do esporte e do lazer. E, embora pareça contraditória essa afirmação, a luta é a melhor parte, pois indica que ainda estamos vivos.

Sabemos que esta discussão sobre a ascensão de FHC e o governo do neoliberalismo no Brasil não foi esgotada e pretendemos voltar a essa questão nos próximos boletins. Neste momento, no entanto, é importante conclamarmos todos os segmentos sociais para que organizem-se em suas associações de classe, acadêmico-científico, populares, etc., pois não podemos ficar esperando o inevitável, que as medidas governamentais sejam instituídas para nos derrotarmos. É preciso conhecê-las, estudá-las e questioná-las diante de novas propostas que representem nossos interesses. Que todos priorizem esta tarefa nos próximos dias e nos próximos anos, pois, com certeza, só teremos democratizado efetivamente a sociedade brasileira, extirpando as injustiças e as desigualdades sociais, levando a classe trabalhadora a participar plenamente da vida política, com um grau de participação infinitamente maior que o que temos hoje.

POR QUE DISCUTIR PÓS-GRADUAÇÃO?

Há mais ou menos um século que o Japão investe em educação. Na Europa e nos Estados Unidos ocorre o mesmo, ou seja, o setor da educação tem sido priorizado dentre as políticas sociais na medida em que é concebido como pressuposto fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

O resultado aí está. Os avanços científicos e tecnológicos conquistados por aqueles países refletem, sob determinado ângulo, a atenção no aspecto educacional administrada como uma dos elementos determinantes desse processo. E, a pós-graduação está diretamente vinculada a esse princípio. O grau de importância que representa decorre do incentivo à pesquisa, à formação da massa crítica, à capacitação de recursos humanos, entre outros fatores.

O último Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) aprovado pelo governo federal data de 1989. As mudanças ocorridas desde então estão a exigir uma nova orientação programática para a Pós-Graduação no Brasil. O Movimento Nacional dos Pós-Graduandos no último Congresso Nacional, realizado na Universidade Federal de São Carlos, em agosto de 1994, centrou seu debate nesta questão, resultando na definição de diretrizes que estarão subsidiando, do ponto de vista dos Pós-Graduandos, no 4º PNPG - que deverá ser compromisso no próximo governo.

No caso específico da Educação Física brasileira, é na década de 70 que implanta-se o primeiro curso de Pós-Graduação e de lá para cá houve um crescimento significativo e ao mesmo tempo assustador de Programas Lato e Stricto Sensu. Se por um lado, denota uma tendência para a especialização e para a pesquisa, de outro, reproduz uma desenfreada tendência para a titulação, por si só.

O crescimento no oferecimento de cursos tem sido inversamente proporcional às discussões relativas às políticas, princípios diretores para uma política de Ciência & Tecnologia para a área especificada.

Perece-se, portanto, uma "corrida maluca" para a aquisição de mais um título que abrirá, aos interessados na carreira acadêmica, as portas das universidades, dos órgãos de fomento à pesquisa, das editoras, enfim, da comunidade científica que ao longo do tempo, tem se fechado a "sete chaves" nos seus laboratórios e centros de pesquisa.

Diante desse contexto sempre caberá investir no debate em torno das prioridades, objetivos e metas a serem alcançados a partir de uma política e de um planejamento em Educação Física que contemple os interesses e necessidades de uma categoria profissional historicamente marginal e

marginalizada do diálogo acadêmico e, por que não, da gestão dos projetos de Pós.

Até a década de 90, nós, profissionais de Educação Física, éramos formados, predominantemente, por mestres e doutores de outras áreas de origem, tais como, da Fisiologia, da Psicologia, da Medicina.

Agora vivemos ou estamos a experimentar e, conseqüentemente a refletir e a perspectivar um outro profissional de Educação Física no sentido de que daqui para frente, cada vez mais, professores da área estarão sendo formados por mestres e doutores em Educação Física. E surgem várias questões: o que queremos mudar? como mudar? para que mudar?..

Nesse sentido, cabe ressaltar neste momento a imensa responsabilidade da tarefa que se coloca para aqueles que de alguma forma participam, definem e assumem para si, enquanto profissional e, para o coletivo, enquanto categoria e sociedade, o compromisso da reflexão, atuação e transformação do quadro que toma forma a cada dia, fruto da investida de todos nós - professores, alunos, pesquisadores, mestres e doutores, direta ou indiretamente, vinculados ao universo da Educação Física.

Enfim, muitos e os mais variados poderiam ser os agrupamentos a favor da pertinência de se discutir a Pós-Graduação em Educação Física. Para esta breve reflexão optou-se por destacar a mudança em relação ao perfil do corpo docente que está atuando, principalmente no interior da universidade e faculdades, ou dos centros formadores de forma geral.

Este fato por sua vez, acarreta na intransferível tarefa que se coloca, qual seja, a de debater e definir "Por uma política para a Pós-Graduação em Educação Física". Contudo, não como modelo único, uniforme, ou homogêneo a ser implementado pelos programas inscritos nas diferentes realidades (regionais, estruturais, culturais, geográficas, etc.), mas como uma proposta balizadora que se subsidie outras discussões.

As universidades, os núcleos de estudo, as entidades científicas, são o "locus" privilegiado para esse debate no contexto do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira. E, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte está se propondo a essa tarefa e convida a todas os interessados no tema para participarem deste Grupo de Trabalho que ora se constitui.

Iara Maria de Carvalho
Universidade Estadual de São Carlos

SECRETARIA ESTADUAL CBCE - SP

Francisco Eduardo Caparroz	- Coordenador Geral
Ricardo Dueatti Colpas	- Coord. Financeiro
Edson Sales do Nascimento	- Coord. Administrativo
André Minuzzo de Barros	- Coord. Editorial

ENDEREÇO:

Rua Bela Vista 103 - Piracicaba - CEP 13418-200 - SP
Fone: (019) 21-3874 c/ Ricardo (Piracicaba)
(019) 34-3748 c/ José Luis (Piracicaba)
(011) 265-7534 c/ Francisco (São Paulo)